

O ATENDIMENTO ODONTOLÓGICO A PACIENTES COM NECESSIDADES ESPECIAIS NO SUS: DESAFIOS E POSSIBILIDADES

DENTAL CARE FOR PATIENTS WITH SPECIAL NEEDS IN THE SUS: CHALLENGES AND POSSIBILITIES

Maria Clara Silva Amorim de Matos¹
Gabriel Bastos Teixeira²

RESUMO: **INTRODUÇÃO:** O conceito de atenção à saúde bucal de pacientes com necessidades especiais é fundamental para garantir que essa população receba um atendimento adequado e respeitoso. **OBJETIVO:** Analisar os desafios e as possibilidades do atendimento odontológico a pacientes com necessidades especiais no Sistema Único de Saúde (SUS), visando promover a inclusão e a melhoria da qualidade desse atendimento. **METODOLOGIA:** Trata-se de uma revisão de literatura e a análise de artigos dos últimos 15 anos. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Revelaram que há uma carência de preparo técnico e de infraestrutura, com muitos dentistas expressando insegurança ao atender essa população. A discussão destacou a importância de incluir disciplinas específicas sobre o atendimento a pacientes com necessidades especiais nos cursos de Odontologia, assim como a necessidade de colaboração entre instituições de ensino e serviços de saúde. **CONCLUSÃO:** A promoção de um atendimento odontológico mais inclusivo e eficaz depende de um compromisso conjunto para desenvolver práticas mais adequadas e sensíveis às necessidades dessa população.

2600

Palavras-chave: Cuidados odontológicos. SUS. Inclusão.

ABSTRACT: **INTRODUCTION:** The concept of oral health care for patients with special needs is essential to ensure that this population receives appropriate and respectful care. **OBJECTIVE:** To analyze the challenges and possibilities of dental care for patients with special needs within the Unified Health System (SUS), aiming to promote inclusion and improve the quality of this care. **METHODOLOGY:** This is a literature review and analysis of articles from the last 15 years. **RESULTS AND DISCUSSION:** It revealed a lack of technical preparation and infrastructure, with many dentists expressing insecurity when treating this population. The discussion highlighted the importance of including specific courses on caring for patients with special needs in dental programs, as well as the need for collaboration between educational institutions and health services. **CONCLUSION:** Promoting a more inclusive and effective dental care system depends on a joint commitment to develop practices that are more suitable and sensitive to the needs of this population.

Keywords: Dental care. SUS. Inclusion.

¹ Discente do curso de odontologia da Faculdade de Ilhéus (CESUPI), centro de ensino superior, Ilhéus, Bahia.

² Mestre em Ciências da saúde- professor e coordenador do curso de odontologia da faculdade de Ilhéus.

I INTRODUÇÃO

O Sistema Único de Saúde (SUS) é a maior política pública de saúde no Brasil, instituído pela Constituição Federal de 1988 com o objetivo de garantir o direito à saúde de maneira universal, integral e equitativa. Seu caráter público e gratuito assegura que todos os cidadãos, independentemente de sua condição financeira, possam ter acesso aos serviços de saúde. Operando sob esses princípios, o SUS promove ações de prevenção, tratamento e reabilitação em todos os níveis de atenção, desde a atenção primária até os procedimentos mais complexos. Além disso, o sistema engloba um vasto conjunto de programas de saúde pública, como o Brasil Sorridente, que oferece atendimento odontológico gratuito pelo SUS e tem como meta cobrir 62,5% da população em 2024, ampliando o acesso à saúde bucal (Brasil, 2024). O SUS, ao longo dos anos, alcançou um acesso quase universal aos serviços de saúde para a população, apesar dos desafios e retrocessos em sua implementação (Castro et al, 2019).

No entanto, a implementação desses princípios enfrenta desafios significativos, principalmente relacionados à falta de recursos financeiros, má distribuição de profissionais de saúde e insuficiência de infraestrutura adequada em algumas regiões do país, especialmente nas áreas mais remotas e vulneráveis. A sobrecarga no atendimento, gerada pela alta demanda e pela precariedade de algumas unidades de saúde, também dificulta o alcance dos objetivos do SUS. O sistema, além disso, tem enfrentado ameaças como o subfinanciamento, negligência governamental e financeirização da saúde, que precisam ser combatidas por alianças entre forças democráticas e populares (Paim, 2018). Em meio a essas dificuldades, muitos usuários enfrentam longas filas de espera, carência de atendimento especializado e escassez de materiais ou medicamentos, o que impacta diretamente a qualidade do serviço prestado.

Para além dessas barreiras estruturais, o SUS ainda lida com questões como a necessidade de maior capacitação e conscientização dos profissionais de saúde para garantir a integralidade do cuidado e o atendimento às necessidades específicas dos diferentes grupos da população (Casanova; Batista; Moreno, 2015). Entre esses grupos mais vulneráveis estão os pacientes com necessidades especiais, que demandam cuidados diferenciados e, frequentemente, enfrentam dificuldades adicionais no acesso aos serviços de saúde.

O atendimento odontológico a pacientes com necessidades especiais no Brasil enfrenta uma série de barreiras que comprometem a qualidade e a efetividade dos cuidados prestados. A cobertura de atendimento odontológico hospitalar para indivíduos com necessidades especiais é alarmantemente baixa, com estudos indicando que, em algumas regiões, a cobertura não ultrapassa 1,58% (Santos, 2015). Essa realidade destaca a fragilidade do sistema de saúde em atender essa população, que já enfrenta desafios significativos em diversas esferas.

Embora os pacientes com necessidades especiais no sistema público de saúde tenham acesso a cuidados de saúde bucal, a efetividade desse atendimento é prejudicada pela necessidade de encaminhá-los para serviços especializado. Isso ocorre porque muitos desses indivíduos frequentemente não conseguem realizar uma higiene oral adequada, seja pela falta de habilidades necessárias ou devido a comportamentos agressivos e movimentos involuntários que dificultam a higienização (Lawrence, 2014).

Estima-se que a população com deficiência no Brasil atinja cerca de 18,6 milhões de pessoas, representando aproximadamente 8,9% da população com 2 anos ou mais, conforme dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE, 2024). Essa quantidade significativa de pessoas ressalta a urgência de melhorias nos serviços de saúde, que devem acolher e estabelecer vínculos adequados com os pacientes para garantir o acesso e a reorganização do atendimento. Os usuários com necessidades especiais requerem atenção específica, especialmente aqueles com deficiência auditiva, cujas necessidades representam desafios particulares, incluindo barreiras linguísticas (Rosa, 2020).

Além disso, muitos profissionais de saúde ainda não estão adequadamente treinados para lidar com as especificidades dos pacientes com necessidades especiais. Um estudo realizado nos Centros de Saúde Comunitários do Grupo Hospitalar Conceição, em Porto Alegre, revelou que os profissionais testam diferentes abordagens para superar as dificuldades de comunicação com pacientes com deficiência auditiva, mas a falta de treinamento adequado resulta em desconforto e ineficácia no atendimento (Tedesco; Junges, 2013). Essa situação reforça a necessidade de um sistema que promova a formação contínua dos profissionais de saúde, assegurando um atendimento mais inclusivo e humanizado.

A pergunta central que orientará este trabalho é: Quais são os principais desafios e possibilidades para o atendimento odontológico a pacientes com necessidades especiais no

SUS? Essa questão busca investigar a eficácia do sistema de saúde em atender a esse grupo, considerando as barreiras existentes e as oportunidades para melhoria na qualidade do atendimento.

Portanto, o estudo é fundamental para ampliar o acesso e a qualidade desse serviço a um grupo historicamente negligenciado. A saúde bucal é essencial para o bem-estar geral, e muitos pacientes com necessidades especiais enfrentam barreiras significativas que dificultam sua inclusão nos serviços de saúde. A escassez de estudos sobre o tema ressalta a importância de uma abordagem crítica que investigue as lacunas existentes na implementação de políticas públicas voltadas para esse atendimento, como a falta de capacitação de profissionais e a insuficiência de infraestrutura adequada. Ao identificar os desafios e as possibilidades do atendimento, esta pesquisa poderá fornecer subsídios valiosos para a formulação de políticas mais eficazes, promovendo um sistema de saúde que respeite e atenda às necessidades de todos os cidadãos, em especial aqueles com deficiência, garantindo a eles o direito à saúde bucal e à dignidade.

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral

- Analisar os desafios e as possibilidades do atendimento odontológico a pacientes com necessidades especiais no Sistema Único de Saúde (SUS), visando promover a inclusão e a melhoria da qualidade desse atendimento.

2.2 Objetivos Específicos

- Identificar as barreiras estruturais e comportamentais que limitam o acesso dos pacientes com necessidades especiais aos serviços de odontologia no SUS.
- Examinar a formação e a capacitação dos profissionais de saúde para atender às necessidades específicas desse grupo, visando à integralidade do cuidado.
- Avaliar a eficácia das políticas públicas implementadas para o atendimento odontológico de pacientes com necessidades especiais e suas repercussões na qualidade do serviço prestado.
- Contribuir para a sensibilização dos profissionais de saúde e da sociedade sobre a importância de um atendimento inclusivo e humanizado, promovendo a

conscientização acerca das especificidades de cuidados em saúde bucal para pacientes com necessidades especiais.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 Sistema Único de Saúde (SUS) e o direito à saúde bucal

O Sistema Único de Saúde (SUS) foi instituído pela Constituição Federal de 1988, de acordo com a Lei Orgânica da Saúde (Lei nº 8.080/1990), o SUS configurando-se como uma das mais amplas políticas públicas de saúde do mundo. O sistema tem como objetivo garantir o acesso universal, integral e equânime aos serviços de saúde para todos os brasileiros, sem discriminação. Esses princípios orientam a estrutura do sistema e a oferta de serviços, inclusive no campo da saúde bucal.

Dentre os seus princípios, temos o da universalidade que assegura que todos os cidadãos independentemente de sua condição socioeconômica, têm direito aos serviços de saúde. No contexto da saúde bucal, isso significa garantir acesso a tratamentos odontológicos para toda a população. O princípio da equidade busca corrigir desigualdades no atendimento, dando atenção diferenciada a grupos vulneráveis, como pessoas de baixa renda, idosos, pessoas com deficiência e comunidades indígenas. No campo da saúde bucal, isso é particularmente importante, já que populações marginalizadas costumam enfrentar maiores barreiras para acessar cuidados odontológicos. Por fim, o princípio da integralidade propõe que o atendimento deve ser completo e contínuo, abrangendo desde ações preventivas até tratamentos curativos, garantindo que a saúde bucal seja tratada de forma integrada ao cuidado geral.

O direito à saúde, inclusive à saúde bucal, é garantido pelo Artigo 196 da Constituição Federal, que estabelece que a saúde é um direito de todos e um dever do Estado. Isso implica que o SUS deve promover a inclusão de grupos vulneráveis, assegurando que todos tenham igual acesso ao atendimento, especialmente aqueles em condições de maior vulnerabilidade social e econômica. Porém, *Freitas et al*, (2011), afirma que o SUS no Brasil apresenta grandes falhas na inclusão de pessoas historicamente marginalizadas, destacando a necessidade de equidade por meio de atendimento integral a grupos especiais, especialmente comunidades pobres quilombolas.

Um exemplo prático da aplicação dos princípios do SUS na saúde bucal é a Política Nacional de Saúde Bucal (PNSB), que de acordo com *Horbach et al*, (2018), no Brasil levou a avanços na qualidade e no escopo dos cuidados de saúde bucal, mas ainda há desafios em termos de acesso, resolução, investimentos financeiros e redução das disparidades regionais. O PNSB tem como objetivo melhorar a assistência à saúde bucal por meio da promoção da atenção primária à saúde, garantindo ações integrais e baseadas em evidências científicas (*Aquilante et al*, 2015).

A Política Nacional de Saúde Bucal brasileira melhorou o acesso à saúde bucal para povos indígenas, com taxas de cobertura para primeira consulta odontológica superiores a 60% e tratamento odontológico básico aumentando de 44,9% para 79,9% (*Lemos et al*, 2018). A Política Nacional de Saúde Bucal do Brasil aumentou a oferta e o financiamento de serviços odontológicos públicos, mas o componente do modelo de atenção continuou sendo uma prioridade baixa, influenciando a eficácia da política (*Chaves et al*, 2017).

A maioria dos municípios brasileiros (52,6%) alcançou uma implementação “boa” da Política Nacional de Saúde Bucal, mas 42,1% ainda enfrentam dificuldades na implementação de seus princípios (*Aquilante et al*, 2015). A organização e o financiamento da assistência à saúde bucal pelo Estado brasileiro ampliaram o acesso e os procedimentos realizados, mas não criaram uma rede de atenção integral efetiva (*Costa Junior et al*, 2021).

3.2 A diferença entre pessoa com deficiência (PcD) pessoas com necessidades especiais (PNE)

É essencial compreender as diferenças entre os termos Pessoa com Deficiência (PcD) e Pessoa com Necessidades Especiais (PNE), pois essas categorias possuem implicações distintas na saúde, educação e políticas públicas, especialmente no atendimento odontológico. Embora frequentemente usados de maneira intercambiável, os dois termos refletem contextos diferentes.

Na prática odontológica e em outros campos da saúde, o termo Pessoas com Necessidades Especiais (PNE) é amplamente utilizado. Ele abrange indivíduos que, devido a condições temporárias ou permanentes, requerem cuidados diferenciados. O Conselho Federal de Odontologia (CFO) adota essa terminologia para englobar não apenas pessoas com deficiência, mas também outros grupos, como idosos, pacientes com doenças crônicas

e aqueles em situações de vulnerabilidade clínica, que podem exigir tratamentos odontológicos adaptados. Conforme *Andrade e Eleutério (2015)*, antes de iniciar o atendimento odontológico a pacientes com necessidades especiais, é crucial ter uma visão integral e completa do paciente, considerando a etiologia das deficiências para garantir altos níveis de saúde bucal, dignidade e qualidade de vida.

Por outro lado, o termo Pessoa com Deficiência (PcD) refere-se, de acordo com a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e a Lei Brasileira de Inclusão (LBI), a pessoas com limitações de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, que enfrentam barreiras para participar plenamente da sociedade. O PcD é, portanto, um indivíduo que precisa de políticas públicas inclusivas que removam essas barreiras. No Brasil, porém, como observado por *Nepomuceno, Assis e Carvalho-Freitas (2020)*, ainda não há consenso na literatura sobre o significado preciso do termo "pessoa com deficiência", o que pode gerar confusão na implementação de políticas adequadas.

Nesse sentido, enquanto o termo PNE abrange uma gama mais ampla de condições que podem requerer cuidados especiais, como doenças crônicas ou recuperação de traumas, PcD refere-se diretamente a indivíduos com deficiência permanente que enfrentam barreiras sociais e estruturais. Esses desafios não se limitam à área da saúde, mas se estendem ao mercado de trabalho, onde as pessoas com deficiência enfrentam desvantagens em termos de características socioeconômicas e realização ocupacional (*Garcia; Maia, 2014*).

Essa distinção é particularmente relevante no campo odontológico. Pacientes com deficiência podem necessitar de ambientes acessíveis e profissionais capacitados para lidar com suas limitações físicas ou sensoriais. Além disso, é necessário adaptar os protocolos clínicos para garantir um atendimento inclusivo, conforme salientado por *Gutierrez et al, (2021)* que destacam a necessidade de formação especializada para lidar com essas demandas específicas. No entanto, *Nepomuceno, Assis e Carvalho-Freitas (2020)* ressaltam que, apesar do uso do termo PcD, ainda existem lacunas na definição precisa dessas condições no contexto brasileiro, o que pode comprometer a clareza das políticas públicas e a acessibilidade.

Portanto, é fundamental que os profissionais de saúde e as políticas públicas diferenciem claramente os termos PcD e PNE para proporcionar um atendimento mais inclusivo e eficaz. Enquanto PcD se aplica a pessoas com limitações permanentes, o termo

PNE pode incluir indivíduos que necessitam de cuidados temporários ou diferenciados, como pacientes com doenças crônicas ou em recuperação.

3.3 Políticas públicas e programas de saúde bucal no Brasil

A Lei nº 13.146/2015 em seu Art. 1º É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.

A lei estabelece uma série de diretrizes para garantir os direitos das pessoas com deficiência, incluindo a acessibilidade nos serviços de saúde. Essa legislação visa assegurar que as pessoas com deficiência tenham acesso adequado e equitativo aos serviços, sem discriminação. O artigo 55 determina que os serviços de saúde, sejam públicos ou privados, devem assegurar o atendimento prioritário e acessível às pessoas com deficiência. Isso inclui, de forma direta, as clínicas odontológicas, que devem estar preparadas tanto no atendimento quanto na estrutura física. A Lei prevê que as adaptações sejam garantidas em conformidade com as normas técnicas de acessibilidade previstas.

O Programa Brasil Sorridente, lançado em 2004 como parte da Política Nacional de Saúde Bucal, tem como principal objetivo ampliar o acesso ao atendimento odontológico gratuito pelo Sistema Único de Saúde (SUS). *Pucca et al (2015)*, retrata em seus estudos que o Programa Brasil Sorridente, levou a melhorias significativas nos indicadores epidemiológicos de saúde bucal, investimento financeiro, desenvolvimento profissional e construção de uma rede de atenção à saúde bucal no Brasil.

No entanto, ao analisar o programa em relação aos pacientes com necessidades especiais, surgem limitações significativas, de acordo com *Carneiro et al, (2023)*, a implementação de políticas de atendimento odontológico especializado para pessoas com deficiência contou com a coordenação da Atenção Primária à Saúde e com esforços de planejamento e avaliação de profissionais e organizações da linha de frente. *Rosa et al, (2020)*, em seus estudos afirma que pessoas com deficiência enfrentam barreiras físicas, comportamentais ou multidimensionais complexas no acesso a serviços odontológicos, o que destaca a necessidade de melhor treinamento de dentistas e respeito à estrutura legal.

Além da Lei Brasileira de Inclusão, políticas públicas como a Portaria nº 793/2012, que institui a Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência no SUS, também visam organizar e integrar o atendimento de pessoas com deficiência, incluindo a saúde bucal. Contudo, a implementação dessas normas ainda enfrenta desafios, como a falta de recursos em regiões afastadas e a necessidade de ampliação do acesso em áreas mais vulneráveis. De acordo com *Cunha et al*, (2022), grandes desigualdades permanecem na assistência à saúde de pessoas com deficiência no Brasil devido à má implementação da Política Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência.

3.4 Pacientes com necessidades especiais: definições e desafios no atendimento

De acordo com a *Organização Pan-Americana de Saúde* (2017), pessoas com deficiência são aquelas que apresentam impedimentos físicos, mentais, intelectuais ou sensoriais de longo prazo que, em interação com diversas barreiras, podem dificultar sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais. Conforme o Relatório Mundial sobre Deficiência (OMS, 2012), a deficiência é uma condição inerente à experiência humana, sendo que a maioria das pessoas terá, em algum momento da vida, uma deficiência temporária ou permanente. Diversos fatores podem influenciar esse cenário, como o

2608

envelhecimento da população, o crescimento da população idosa e o aumento da sobrevivência de bebês prematuros ou de baixo peso, resultado dos avanços tecnológicos nos hospitais e do desenvolvimento de novos medicamentos, entre outros (OMS, 2012).

A OMS estima que existam em todo mundo mais de um bilhão de pessoas com deficiência, o que corresponde, aproximadamente, a 15% da população mundial. Em 2019 a Pesquisa Nacional de Saúde (PNS), em seus estudos estimou em 17,3 milhões o número de pessoas de 2 anos ou mais de idade (8,4% dessa população) com pelo menos uma das deficiências investigadas. Dessas pessoas, 14,4 milhões encontravam-se em domicílios urbanos e 2,9 milhões em domicílios rurais. Com os estudos realizados, observou-se que um maior percentual de pessoas com deficiência era do Nordeste (9,9%), região onde todos os estados tiveram percentuais acima da média nacional. Os percentuais nas demais regiões foram: Sudeste (8,1%), Sul (8,0%), Norte (7,7%) e Centro-Oeste (7,1%).

A deficiência, assim como a funcionalidade, compreende uma interação dinâmica entre problemas de saúde e fatores contextuais, tanto pessoais quanto ambientais (ONU,

2012). Tendo isso em vista, o Ministério da Saúde (2019) fala que a Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência resultou numa mudança paradigmática das condutas oferecidas às pessoas com deficiência, elegendo a “acessibilidade” como ponto central para a garantia dos direitos individuais. O seu propósito é promover, proteger e assegurar o exercício pleno e equitativo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais para todas as pessoas com deficiência e promover respeito pela sua dignidade inerente (BRASIL, 2009). Seguindo a linha de pensamento, o Ministério da Saúde (2019) relata que isto representa uma mudança de paradigma de uma perspectiva médica e individual (modelo médico), na qual a deficiência estaria na pessoa, para uma perspectiva social e estrutural (modelo social), em que a deficiência está na sociedade que não consegue acolher as diferentes formas de deficiência.

Pinto et al, (2021), em seus estudos trouxe que, a baixa acessibilidade aos serviços de saúde no Brasil é uma grande barreira para pessoas com deficiência na busca por atendimento, violando seus direitos segundo as leis internacionais e brasileiras. Seguindo o mesmo pensamento, *Freitas Júnior et al*, (2021) fala que, as disparidades de saúde enfrentadas por pessoas com deficiência no Brasil se devem ao acesso inadequado à assistência médica e à falta de treinamento de profissionais para lidar com essas situações.

2609

Falando sobre a acessibilidade na odontologia, *Rosa et al*, (2020), aborda essa temática relatando que pessoas com deficiência enfrentam barreiras físicas, comportamentais ou multidimensionais complexas no acesso a serviços odontológicos, como falta de preparo dos dentistas e de conscientização sobre suas necessidades. *Gutierrez et al*, (2017), afirma que os pacientes com deficiência física enfrentam restrições financeiras, medo de tratamento odontológico, falta de opções de tratamento em serviços públicos e falta de profissionais qualificados interessados em tratá-los.

Condessa et al (2021), trouxe como uma barreira o fato que pessoas com deficiência não visitam o dentista tão regularmente quanto pessoas sem deficiência, o que indica a necessidade de visitas ativas de manutenção para atender às suas necessidades odontológicas. Além disso, estudos evidenciou a dificuldade de implementação efetiva da política pública em municípios brasileiros, ele afirma que apesar das regulamentações municipais e federais, nenhuma unidade de saúde de Presidente Prudente-SP cumpre

integralmente com as exigências de acessibilidade, dificultando o acesso de pessoas com deficiência e tornando os serviços de saúde menos acessíveis e equitativos.

3.5 A formação e capacitação de profissionais de odontologia para o atendimento de pacientes com necessidades especiais

A formação e capacitação dos profissionais de odontologia no Brasil têm mostrado grandes lacunas quando se trata do atendimento de pacientes com necessidades especiais. Estudos como o de *Thierer e Meyerowitz (2005)* destacam a importância de investir mais em educação e treinamento em odontologia voltada para esses pacientes, uma vez que a falta de qualificação adequada é um dos principais obstáculos para garantir o acesso ao atendimento especializado. Com uma educação mais focada nesse grupo, o sistema de saúde bucal pode proporcionar um cuidado mais inclusivo e resolutivo, ampliando o acesso de pessoas com deficiências aos serviços odontológicos.

No entanto, essa realidade está longe de ser alcançada. De acordo com *Gutierrez et al. (2021)*, apenas 22,5% dos profissionais de endodontia no Brasil receberam treinamento para lidar com pacientes com necessidades especiais, e a maior parte dessa formação foi teórica, sem o devido preparo prático. Essa falta de treinamento prático limita a capacidade dos profissionais de aplicarem técnicas apropriadas durante os atendimentos, resultando em um cuidado inadequado e, muitas vezes, ineficaz. A ausência de uma abordagem prática durante a formação prejudica não só a qualidade do serviço, mas também a segurança e o conforto dos pacientes durante os procedimentos odontológicos.

Outro problema apontado por *Baltazar (2019)* é que a formação de professores universitários em odontologia no Brasil está amplamente centrada em aspectos tecnológicos e especializados, sem uma adequada avaliação das áreas que necessitam de mais atenção ou sem um alinhamento com as reais demandas sociais do país. Isso indica que o currículo odontológico está desconectado da realidade vivida por muitos pacientes, principalmente aqueles com necessidades especiais, trazendo à tona outro aspecto crucial: a desconexão entre o conteúdo ensinado nas universidades e as reais necessidades da população.

A formação odontológica no Brasil parece, muitas vezes, centrada em tecnologias e técnicas de ponta, mas sem foco na prática social e na atenção às particularidades de grupos mais vulneráveis, como pacientes com deficiências. Isso cria um vácuo entre o aprendizado

acadêmico e a realidade do atendimento no SUS, onde a inclusão e o atendimento universal são princípios fundamentais. A falta de uma formação que contemple a prática social e o entendimento das particularidades desses pacientes faz com que futuros dentistas não estejam devidamente preparados para enfrentar os desafios do atendimento inclusivo.

Um exemplo desse descompasso é observado nos cursos de odontologia na Paraíba. *Penha (2018)* relatou que, embora a maioria das instituições ofereça a disciplina de Odontologia para Pacientes Portadores de Necessidades Especiais (ODEPE), não há uma padronização na nomenclatura, carga horária ou no semestre em que a disciplina é ofertada. Isso gera uma variação significativa na forma como o conteúdo é abordado e na profundidade com que os estudantes são expostos ao atendimento de pacientes com deficiências. Sem uma padronização, muitos profissionais acabam saindo da universidade sem a base necessária para realizar um atendimento de qualidade a esse público.

Por fim, *Jacomine et al. (2018)* evidenciam que os estudantes de odontologia da Faculdade de Odontologia de Bauru se deparam com um número crescente de pacientes com necessidades especiais, mas se sentem despreparados para o atendimento. Essa percepção reflete a falta de integração e prática durante a formação acadêmica, reforçando a necessidade de maior contato com essa realidade desde o início da graduação. Isso sublinha a urgência de uma revisão curricular e de um maior investimento em treinamentos práticos e continuados, para que os profissionais possam oferecer um atendimento humanizado e adequado, garantindo o acesso efetivo à saúde bucal para todos.

3.6 Possibilidades e oportunidades no atendimento odontológico de pacientes com necessidades especiais no SUS

As possibilidades e oportunidades no atendimento odontológico de pacientes com necessidades especiais no Sistema Único de Saúde (SUS) são multifacetadas e envolvem tanto o aprimoramento de infraestrutura quanto a capacitação profissional. Apesar de avanços importantes, ainda há desafios a serem superados para garantir o atendimento pleno e de qualidade para essa população. Um ponto central que precisa de atenção é a acessibilidade, tanto física quanto atitudinal. De acordo com *Gavina et al. (2018)*, embora a maioria dos pacientes com necessidades especiais e seus acompanhantes estejam satisfeitos

com os serviços oferecidos pelos Centros de Especialidades Odontológicas (CEO), a falta de acessibilidade continua sendo um obstáculo significativo.

Em todo o Brasil, 89,8% dos Centros de Especialidades Odontológicas atendem pessoas com deficiência, mas ainda há barreiras que precisam ser eliminadas para garantir a acessibilidade universal, incluindo obstáculos físicos, como a infraestrutura inadequada, e barreiras atitudinais, que envolvem a sensibilidade dos profissionais em lidar com esses pacientes (Condessa et al., 2020). A inclusão dessas práticas na rotina dos CEOs representa uma grande oportunidade de promover a universalidade do acesso e a equidade no atendimento odontológico, pilares fundamentais do SUS.

Outro aspecto crítico é a formação e capacitação contínua dos profissionais. Conforme apontado por Thierer e Meyerowitz (2005), o aumento da educação e treinamento em odontologia de cuidados especiais pode levar a um acesso ampliado e mais eficiente para esses pacientes. Isso é corroborado por Gutierrez et al. (2021), que mostram que apenas 22,5% dos profissionais de endodontia no Brasil foram treinados para atender pacientes com necessidades especiais, e que a maior parte dessa formação se deu apenas de forma teórica, sem preparo prático. Este dado revela a necessidade urgente de uma educação odontológica que combine teoria e prática de maneira mais equilibrada, oferecendo aos futuros profissionais a experiência e a segurança necessárias para tratar adequadamente pacientes com condições complexas.

2612

Nesse sentido, a reformulação curricular nas faculdades de odontologia e a ampliação de disciplinas voltadas para o atendimento de pacientes com necessidades especiais são oportunidades promissoras. No entanto, como Penha (2018) observa, a oferta dessas disciplinas no Brasil ainda é desigual, com variações na carga horária e semestre de inserção. A padronização e o fortalecimento dessas disciplinas, especialmente com ênfase na prática clínica, podem contribuir significativamente para a formação de profissionais mais bem preparados.

A organização da interface entre a atenção primária à saúde e a atenção secundária em odontologia também é crucial para consolidar o acesso à assistência odontológica especializada no SUS. Silva et al. (2017) sugerem que esse alinhamento pode melhorar o fluxo de atendimento, permitindo que casos mais complexos sejam adequadamente referenciados e tratados em centros especializados. Essa integração entre os níveis de atenção, baseada nos

princípios da Estratégia Saúde da Família (ESF), pode garantir um atendimento mais eficiente e contínuo, promovendo um diagnóstico precoce e um planejamento mais adequado.

Ademais, *Condessa et al.* (2020) destacam a necessidade de protocolos de classificação de risco para garantir a acessibilidade universal no atendimento odontológico a pacientes com necessidades especiais. Esse tipo de protocolo é essencial para lidar com as complexidades que envolvem tanto a condição física quanto as necessidades de cuidado desses pacientes, assegurando que cada um receba o atendimento adequado ao seu quadro clínico e que os profissionais estejam preparados para agir de forma eficaz.

Em suma, o atendimento odontológico a pacientes com necessidades especiais no SUS apresenta grandes desafios, mas também inúmeras oportunidades para aprimoramento. Com investimentos em infraestrutura acessível, capacitação profissional contínua e a integração de políticas públicas eficazes, é possível transformar o sistema e garantir um atendimento inclusivo e de qualidade. O fortalecimento dessas áreas será essencial para que o SUS se consolide como um sistema verdadeiramente universal e acolhedor para todos.

4 METODOLOGIA

Para a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), foi adotada uma abordagem metodológica baseada na revisão integrativa de literatura. Esse método se mostrou apropriado para a investigação e análise crítica do atendimento odontológico a pacientes com necessidades especiais no Sistema Único de Saúde (SUS), destacando os desafios enfrentados e as possibilidades de melhoria no serviço prestado. A revisão integrativa de literatura permite reunir e sintetizar estudos relevantes já publicados, proporcionando uma visão aprofundada e abrangente sobre o tema ((*Mendes; Silveira; Galvão, 2008*)).

Para essa pesquisa, foram selecionadas fontes que tratam da odontologia para pessoas com necessidades especiais e do atendimento no SUS. A revisão incluiu artigos de periódicos científicos, dissertações e teses que abordam a temática em âmbito nacional. Foram priorizados estudos dos últimos 10 anos, a fim de garantir que as informações analisadas fossem recentes e relevantes.

As fontes foram coletadas a partir de bases de dados acadêmicas amplamente reconhecidas, como Scielo, PubMed, LILACS, Arca Fiocruz, Periódico CAPES, Google Acadêmico e BVS (Biblioteca Virtual em Saúde). As palavras-chave utilizadas nas buscas foram “Cuidados odontológicos” “SUS” “Inclusão”, seguindo o DECS (Descritores em Ciências da Saúde), o que garantiu maior precisão e relevância na seleção dos estudos.

No processo de busca, foram encontrados 130 artigos distribuídos nas bases de dados: 20 na Scielo, 25 no PubMed, 15 na LILACS, 10 na Arca Fiocruz, 20 no Periódico CAPES, 20 no Google Acadêmico e 20 na BVS. Após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, que privilegiaram estudos diretamente relacionados ao atendimento odontológico de pacientes com necessidades especiais no contexto do SUS, o número de artigos foi reduzido para 55: 10 da Scielo, 12 do PubMed, 8 da LILACS, 5 da Arca Fiocruz, 10 do Periódico CAPES, 5 do Google Acadêmico e 5 da BVS.

Dos 55 artigos avaliados, 25 foram selecionados para a revisão final. Esses artigos foram analisados qualitativamente, focando na identificação de desafios enfrentados pelos profissionais de odontologia e pelas instituições de saúde, assim como as possibilidades de avanço e boas práticas identificadas na literatura.

A análise qualitativa dos dados envolveu a leitura integral dos estudos selecionados e a categorização conforme os principais temas abordados, como: acessibilidade ao atendimento, formação profissional, políticas públicas voltadas à saúde bucal, e a adaptação das práticas odontológicas para atender pacientes com necessidades especiais. A partir dessa análise, foi possível identificar tanto os desafios enfrentados, como a escassez de profissionais especializados, quanto às possibilidades de melhoria, como a ampliação da formação continuada e o desenvolvimento de políticas mais inclusivas no SUS.

Essa metodologia proporciona uma base sólida para a análise das práticas e políticas relacionadas ao atendimento de saúde bucal para pessoas com necessidades especiais, oferecendo subsídios para o desenvolvimento de melhorias nas práticas atuais.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O termo “pacientes com necessidades especiais” ganhou ampla aceitação na odontologia para descrever pessoas que requerem cuidados diferenciados, substituindo o uso de expressões como “pacientes excepcionais.” Esse conceito abrange uma vasta gama de

condições, incluindo desafios físicos, cognitivos, sensoriais e sociais, promovendo uma visão mais inclusiva e adaptada ao contexto da saúde bucal. Profissionais da área, no entanto, enfrentam dificuldades tanto para descrever as necessidades desses pacientes quanto para superar barreiras na adequação dos cuidados odontológicos (Fonseca *et al.*, 2010). A complexidade do atendimento exige dos dentistas uma preparação mais abrangente para lidar com essa diversidade, que envolve distúrbios motores, doenças crônicas, condições psiquiátricas e dificuldades de comunicação, cada qual demandando abordagens específicas.

Para oferecer um atendimento odontológico de qualidade, é fundamental que o planejamento envolva uma análise holística que considere aspectos médicos, sociais, psicológicos e odontológicos dos pacientes com necessidades especiais (Glassman; Subar, 2009). Entre os desafios específicos enfrentados pelos dentistas estão o reflexo de engasgo acentuado, dificuldade na abertura bucal e, em muitos casos, a dependência de cuidadores para a manutenção da higiene bucal diária. Além disso, dietas com alto teor de carboidratos e o uso prolongado de medicamentos adoçados aumentam os riscos de problemas bucais. Dessa forma, uma abordagem odontológica adaptada e informada é fundamental para assegurar não apenas a saúde bucal, mas também a qualidade de vida desses pacientes e de seus familiares.

Essas especificidades, analisadas na literatura e resumidas no quadro a seguir, ilustram os principais achados em relação aos desafios e cuidados odontológicos necessários para promover uma assistência eficaz e humanizada a pacientes com necessidades especiais.

Quadro 1: Principais achados de acordo com o título do artigo, autor/ano, objetivo, principais resultados e conclusão.

TÍTULO	AUTOR/ANO	OBJETIVO	PRINCIPAIS RESULTADOS	CONCLUSÃO
Pacientes portadores de necessidades especiais: abordagem odontológica e anestesia geral	Ana Paula Paiva de Andrade e Adriana Silveira de Lima Eleutério	Possibilitar ao cirurgião-dentista um maior conhecimento sobre o atendimento odontológico a pacientes com necessidades especiais - principalmente, aos portadores de síndrome de Down, paralisia cerebral e deficiências audiovisuais - e a necessidade de anestesia geral.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Há falta de preparo técnico do cirurgião-dentista frente a esses pacientes, pois muitos não tiveram em sua grade durante o curso de graduação a disciplina para que pudessem realizar os treinamentos necessários para o atendimento correto destes pacientes. 2. Há necessidade de instruir essa população de pais e responsáveis dos PPNE, quanto à importância dos alimentos para a saúde dos dentes de seus filhos, especificando quais os 	Os pacientes enquadrados como portadores de necessidades especiais estão mais sujeitos a danos orgânicos, em função das más condições de saúde bucal. Centros de ensino superior devem se empenhar em promover conhecimentos adequados para seus alunos, para que consigam realizar um atendimento correto a esses pacientes. O vínculo entre o cirurgião-dentista, paciente, família e médico é fundamental para viabilizar o sucesso do tratamento.

			necessários para a mineralização do esmalte dental, bem como de que forma introduzi-lo na dieta de seus filhos.	
Análise qualitativa das percepções de cirurgiões-dentistas envolvidos nos atendimentos de pacientes com necessidades especiais de serviços públicos municipais	Alexandre Luiz Affonso Fonseca; Ligia Ajaime Azzalis; Fernando Luiz Affonso Fonseca e Carlos Botazzo	Verificar as percepções dos cirurgiões-dentistas sobre o atendimento de crianças com necessidades especiais.	evidenciaram-se dificuldades desses profissionais em descrever as reais necessidades das crianças com necessidades especiais no tocante ao atendimento odontológico, tanto em nível do serviço de saúde público municipal, como nos quesitos de formação específica para o exercício profissional com esta população.	Portanto, é necessário realmente mudar o “olhar” em todos os sentidos e reconhecer as necessidades dos serviços públicos de saúde disponíveis serem efetivos, permitindo que as ações de saúde alcancem o processo inclusivo dessas pessoas com deficiência.
			2617	

Odontologia para Pacientes com Necessidades Especiais no ensino de graduação	Ana Beatriz dos Santos Conceição; Isaac Torres dos Santos; Aryvelto Miranda Silva; Raimundo Rosendo Prado Júnior; Regina Ferraz Mendes	Analisar a percepção de discentes e docentes do curso de Odontologia da Universidade Federal do Piauí (UFPI) sobre a inclusão de atendimento a PNE no ensino de graduação e o panorama nacional da oferta de disciplina de PNE na estrutura curricular de cursos de Odontologia.	A maioria dos discentes relataram nunca ter atendido um PNE (54,8 %) e, destes, 67,7% não se sentem preparados para este atendimento. A maioria dos discentes (84,7%) e docentes (53,8%) aprova a obrigatoriedade da disciplina de PNE na estrutura curricular. Insegurança foi a reação mais comum dos discentes ao atendimento odontológico fictício a um paciente PNE. Entre os docentes participantes do estudo, 73,1% informaram já ter atendido PNE. Em 67,8% dos cursos de Odontologia pesquisados há oferta de disciplina de PNE.	Em conclusão, a ausência de atendimento a PNE gera insegurança aos graduandos em Odontologia. A inclusão do tema PNE na matriz curricular é apoiada por discentes e docentes. A disciplina está presente na maioria dos cursos de Odontologia do Brasil.
Percepção e atitudes dos cirurgiões-dentistas de Unidades Básicas de Saúde sobre o atendimento de Pacientes com Necessidades Especiais.	Marina Sousa Azevedo; Vitória Castanheira; Laiza Flores; Lisandra Schardosim	Investigar a percepção e as atitudes dos cirurgiões-dentistas (CD) da rede municipal de saúde de Pelotas/RS no atendimento a PNE	1. Com relação ao perfil de paciente com maior dificuldade no atendimento, os mais citados foram paralisia cerebral (39,4%), autismo (21,0%) e deficiência	Concluiu-se que a grande maioria dos CD investigados nesta pesquisa relataram prestar atendimento odontológico aos PNE, porém apontam diversas dificuldades na atenção a este grupo, sendo a principal delas a falta de um auxiliar. Os achados sugerem, de uma maneira geral, que há uma melhor percepção em relação ao atendimento ao PNE entre aqueles CD que fazem parte da equipe ESF, provavelmente pela

			<p>intelectual (10,5%).</p> <p>2. Pode-se observar que a dificuldade mais relatada foi a falta de auxiliar na equipe (58,5%).</p> <p>3. Os achados mostram que a maioria dos CD não concorda com o relato fictício desta dificuldade, relatando acolher, escutar e atender sempre que possível, enquanto alguns apontaram certas dificuldades que justificariam tal situação, tais como a alta demanda, falta de treinamento técnico, de infraestrutura e equipe. 2619</p> <p>4. A primeira afirmativa avaliada foi se durante a graduação</p>	<p>presença do auxiliar em saúde bucal, com menos tempo de formado e que se dedicam integralmente ao setor público.</p>
--	--	--	--	---

			<p>aprendeu o suficiente sobre o atendimento ao PNE. A maioria dos entrevistados discordou da afirmativa (76,7%).</p> <p>5. Quando questionados em relação à dificuldade do atendimento ao PNE na UBS, 53,3% concordaram que as sentem.</p>	
Escala de triagem odontológica para pacientes com necessidades especiais	Ana Laura; Mateus Costa Silveira; José Ricardo Sousa Costa; Marina Sousa Azevedo; Marcos Antonio Torriani; Lisandrea Rocha Schardosim.	Elaborar e testar uma Escala de Triagem Odontológica para Pacientes com Necessidades Especiais (PNEs).	Foi observada uma concordância em 85% dos casos.	O instrumento apresentou desempenho comparável à avaliação de profissionais com expertise, e a escala pode ser um instrumento útil para ser empregado em serviços odontológicos que oferecem atendimento aos PNEs. A sua utilização em meio acadêmico também pode proporcionar o empoderamento dos critérios de avaliação pelos estudantes, proporcionando maior segurança em acolher, atender ou encaminhar esse público no seu futuro profissional. (AU)

Os resultados revelam várias questões críticas sobre o atendimento odontológico a pacientes com necessidades especiais, conforme indicado nos estudos analisados. Primeiramente, *Andrade e Eleutério (2015)* destacam que os cirurgiões-dentistas enfrentam uma lacuna significativa em sua formação técnica. Muitos profissionais não receberam o treinamento adequado durante a graduação, o que compromete sua capacidade de realizar atendimentos apropriados a esses pacientes. Essa falta de preparo técnico pode resultar em um atendimento inadequado, impactando negativamente a saúde bucal e a qualidade de vida dos pacientes.

Além disso, *Fonseca et al, (2010)* evidenciam que há dificuldades para os cirurgiões-dentistas descreverem as necessidades específicas das crianças com deficiência durante o atendimento. Essa dificuldade ressalta a necessidade de uma mudança de perspectiva em relação à realidade do atendimento odontológico em serviços de saúde pública, indicando que é fundamental um treinamento mais focado e inclusivo para esses profissionais.

Conceição et al, (2021) revelam que muitos alunos de Odontologia não tiveram a oportunidade de atender pacientes com necessidades especiais, resultando em insegurança em lidar com esses casos. A insegurança relatada por 67,7% dos alunos enfatiza a urgência de incluir disciplinas específicas sobre o atendimento a essa população na grade curricular, assegurando que futuros dentistas estejam preparados para enfrentar os desafios do atendimento.

A pesquisa realizada por *Azevedo et al, (2019)* mostra que condições como paralisia cerebral, autismo e deficiência intelectual são frequentemente citadas como desafiadoras no atendimento. A falta de auxiliares na equipe, apontada por 58,5% dos profissionais, é uma dificuldade significativa, sugerindo que uma melhor estruturação das equipes de saúde bucal é essencial para a eficácia do atendimento. A necessidade de um trabalho colaborativo e multidisciplinar dentro do Sistema Único de Saúde (SUS) também é destacada, pois a integração de diferentes áreas da saúde pode promover um atendimento mais completo e inclusivo para esses pacientes.

Por fim, *Laura et al, (2021)* apresentam a Escala de Triagem Odontológica para pacientes com necessidades especiais, que demonstrou uma concordância de 85% entre as avaliações dos profissionais. Isso indica que a escala pode ser uma ferramenta eficaz para aprimorar o atendimento em serviços odontológicos, além de servir como um recurso

valioso na formação acadêmica, capacitando os estudantes a atender adequadamente essa população vulnerável. Esses achados coletivos enfatizam a necessidade urgente de aprimorar a formação e a prática dos profissionais de odontologia, a fim de proporcionar um atendimento mais inclusivo e eficaz para pacientes com necessidades especiais, alinhando-se às diretrizes do SUS para promover a inclusão e a melhoria da qualidade desse atendimento.

CONCLUSÃO

A abordagem inclusiva e informada no atendimento odontológico a pacientes com necessidades especiais é fundamental para garantir a qualidade de vida dessa população. Os estudos analisados revelam lacunas significativas na formação acadêmica dos cirurgiões-dentistas, evidenciando que muitos profissionais se sentem despreparados para lidar com as complexidades associadas a esses pacientes. A falta de treinamento específico e a escassez de auxiliares nas equipes de saúde bucal comprometem a qualidade do atendimento, resultando em experiências insatisfatórias tanto para os pacientes quanto para os profissionais.

Para enfrentar esses desafios, é essencial a inclusão de disciplinas voltadas ao atendimento de pacientes com necessidades especiais na grade curricular dos cursos de Odontologia. Essa formação deve ser acompanhada por programas de sensibilização sobre a importância da saúde bucal e das condições que afetam essa população, garantindo que o atendimento considere não apenas os aspectos clínicos, mas também as dimensões sociais e emocionais que impactam a qualidade de vida.

Ferramentas como a Escala de Triage Odontológica emergem como estratégias eficazes para melhorar a identificação das necessidades dos pacientes, proporcionando maior segurança e confiança aos profissionais no atendimento. Isso contribui para a criação de um ambiente mais acolhedor e inclusivo, essencial para o sucesso do tratamento odontológico.

O compromisso conjunto entre instituições de ensino, profissionais de saúde e gestores públicos é crucial para assegurar que o atendimento odontológico a pacientes com necessidades especiais seja acessível, eficiente e humanizado. Essa colaboração permitirá promover a saúde bucal e a qualidade de vida dessa população, alinhando-se aos princípios

do Sistema Único de Saúde (SUS) e reafirmando a importância de um atendimento que valorize a dignidade e o bem-estar dos pacientes com necessidades especiais.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, A. P. P. DE; ELEUTÉIO, A. S. DE L. Pacientes portadores de necessidades especiais: abordagem odontológica e anestesia geral. **Revista Brasileira de Odontologia**, v. 72, n. 1-2, p. 66-69, 1 jun. 2015.

AZEVEDO, M. S. et al. Percepção e atitudes dos cirurgiões-dentistas de Unidades Básicas de Saúde sobre o atendimento de Pacientes com Necessidades Especiais. **Revista da ABENO**, v. 19, n. 3, p. 87-100, 23 nov. 2019.

BALTAZAR, M. M. DE M. et al. Training and evaluation of professors of dentistry in postgraduate programmes in Brazil. **European Journal of Dental Education**, v. 23, n. 2, p. 168-174, 28 jan. 2019.

BRASIL. **Brasil Sorridente deverá cobrir 62,5% da população em 2024**. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2023-10/brasil-sorridente-devera-cobrir-625-da-populacao-em-2024#:~:text=Brasil%20Sorridente%2odever%C3%A1%20cobrir%2062>>. Acesso em: 30 set. 2024.

Carneiro, J., Pereira, A., Bousquat, A., & Frazão, P. Dental care for persons with disabilities: discretion on the frontline. **Revista de Saúde Pública**, 57, 2023.

2623

CASANOVA, I. A.; BATISTA, N. A.; RUIZ-MORENO, L. Formação para o trabalho em equipe na residência multiprofissional em saúde. **ABCS health sci**, p. 229-233, 2015.

CONCEIÇÃO, A. B. DOS S. et al. Odontologia para Pacientes com Necessidades Especiais no ensino de graduação. **Revista da ABENO**, v. 21, n. 1, p. 1608, 9 nov. 2021.

CONDESSA, A. M. et al. Atenção odontológica especializada para pessoas com deficiência no Brasil: perfil dos centros de especialidades odontológicas, 2014. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 29, n. 5, 2020.

CUNHA, M. et al. Health Care for People with Disabilities in the Unified Health System in Brazil: A Scoping Review. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, v. 19, n. 3, p. 1472, 28 jan. 2022.

Deficiência - OPAS/OMS | Organização Pan-Americana da Saúde. Disponível em: <<https://www.paho.org/pt/topicos/deficiencia>>.

GAVINA, V. et al. Oral Health for Patients with Special Needs: Evaluative Research of the Dental Specialties Centers. **Portuguese Journal of Public Health**, v. 36, n. 2, p. 81-94, 2018.

GUTIERREZ, G. M. DE et al. Barriers to Access to Dental Treatment for People with Physical Disabilities in a Brazilian Metropolis. **Pesquisa Brasileira em Odontopediatria e Clínica Integrada**, v. 18, n. 1, p. 1–8, 2018.

GUTIERREZ, G. M. et al. Perfil dos endodontistas de uma metrópole brasileira quanto ao atendimento odontológico a pacientes com necessidades especiais. **Revista da ABENO**, v. 21, n. 1, p. 1157, 25 fev. 2021.

FREITAS, D. A. et al. Saúde e comunidades quilombolas: uma revisão da literatura. **Revista CEFAC**, v. 13, n. 5, p. 937–943, 20 maio 2011.

FREITAS JÚNIOR, R. A. DE O. et al. Inclusão do cuidado com a saúde das pessoas com deficiência nos currículos de medicina do Brasil. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 45, n. 3, 2021.

FONSECA, A. L. A. et al. Análise qualitativa das percepções de cirurgiões-dentistas envolvidos nos atendimentos de pacientes com necessidades especiais de serviços públicos municipais. **Journal of Human Growth and Development**, v. 20, n. 2, p. 208, 1 ago. 2010.

GARCIA, V. G.; MAIA, A. G. Características da participação das pessoas com deficiência e/ou limitação funcional no mercado de trabalho brasileiro. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 31, n. 2, p. 395–418, dez. 2014.

GLASSMAN, P.; SUBAR, P. Planning Dental Treatment for People with Special Needs. **Dental Clinics of North America**, v. 53, n. 2, p. 195–205, abr. 2009.

2624

GUTIERREZ, G. M. et al. Perfil dos endodontistas de uma metrópole brasileira quanto ao atendimento odontológico a pacientes com necessidades especiais. **Revista da ABENO**, v. 21, n. 1, p. 1157, 25 fev. 2021.

IBGE. **Pessoas com deficiência têm menor acesso à educação, ao trabalho e à renda | Agência de Notícias**. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37317-pessoas-com-deficiencia-tem-menor-acesso-a-educacao-ao-trabalho-e-a-renda>>.

JACOMINE, J. C. et al. Saúde bucal e Pacientes com Necessidades Especiais: percepções de graduandos em Odontologia da FOB-USP. **Revista da ABENO**, v. 18, n. 2, p. 45–54, 27 abr. 2018.

LAURA, A. et al. Escala de triagem odontológica para pacientes com necessidades especiais. **RFO UPF**, p. 60–68, 2021.

LAWRENCE, H. P. et al. Acesso à saúde bucal pública pelo paciente especial: a ótica do cirurgião-dentista. **Revista Brasileira em Promoção da Saúde**, v. vol. 27, núm. 2, n. 1806–1222, 11 nov. 2014.

Lei nº 8.080 de 19 de setembro de 1990. Disponível em: <<https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=8080&ano=1990&ato=9f7gXSqikeFpWT905>>

MARISTELA FERRO NEPOMUCENO; MARTINS, R.; NIVALDA, M. Apropriação do Termo “Pessoas com Deficiência”. **Revista Educação Especial**, 27 maio 2020.

Ministério da saúde. **GUIA DE ATENÇÃO À SAÚDE BUCAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA.** [s.l.: s.n.]. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_atencao_saude_bucal_pessoa_deficiencia.pdf>.

NEPOMUCENO, M. F.; MARTINS, R.; NIVALDA, M. Apropriação do Termo “Pessoas com Deficiência”. **Revista Educação Especial**, v. 33, p. 1-27, 2020.

Presidência da República. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinado em Nova York, em 30 de março de 2007. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 26 ago. 2009. Seção 1, p. 3-9. 2009.

Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde Bucal. Caderno de Atenção Básica nº 17. Brasília: Ministério da Saúde, 2008.

PAIM, J. S. Sistema Único de Saúde (SUS) aos 30 anos. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 23, n. 6, p. 1723-1728, jun. 2018.

2625

PENHA, E. S. et al. Caracterização do componente curricular Odontologia para Pacientes com Necessidades Especiais nos cursos de Odontologia do estado da Paraíba. **Revista da ABENO**, v. 18, n. 2, p. 13-19, 5 abr. 2018.

PINTO, A. et al. A National Accessibility Audit of Primary Health Care Facilities in Brazil—Are People with Disabilities Being Denied Their Right to Health? **International Journal of Environmental Research and Public Health**, v. 18, n. 6, p. 2953, 13 mar. 2021.

PNS 2019: país tem 17,3 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência | Agência de Notícias. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/31445-pns-2019-pais-tem-17-3-milhoes-de-pessoas-com-algum-tipo-de-deficiencia>>.

PUCCA, G. A. et al. Ten Years of a National Oral Health Policy in Brazil. **Journal of Dental Research**, v. 94, n. 10, p. 1333-1337, 27 ago. 2015.

Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência. Disponível em: <<https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/s/saude-da-pessoa-com-deficiencia/rede-de-cuidados-a-pessoa-com-deficiencia>>.

Relatório Mundial sobre a Deficiência. Disponível em:
<<https://portaldeboaspraticas.iff.fiocruz.br/biblioteca/relatorio-mundial-sobre-a-deficiencia/>>.

ROSA, S. V. et al. Barriers in Access to Dental Services Hindering the Treatment of People with Disabilities: A Systematic Review. **International Journal of Dentistry**, v. 2020, p. 1-17, 23 jul. 2020.

SILVA, H. E. C. DA; GOTTEMS, L. B. D. Interface entre a Atenção Primária e a Secundária em odontologia no Sistema Único de Saúde: uma revisão sistemática integrativa. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 22, n. 8, p. 2645-2657, ago. 2017.

THIERER, T.; MEYEROWITZ, C. Education of Dentists in the Treatment of Patients with Special Needs. **Journal of the California Dental Association**, v. 33, n. 9, p. 723-729, 1 set. 2005.

UCHIDA et al. Oral healthcare management practices in Brazil. **Brazilian journal of oral sciences/Brazilian Journal of Oral Sciences**, v. 21, p. e226252-e226252, 23 mar. 2022.

World Health Organization (WHO), The World Bank. Relatório mundial sobre a deficiência; tradução Lexicus Serviços Lingüísticos. – São Paulo : SEDPcD, 2012. 334 p.